

**Diário Económico**

21-01-2014

Periodicidade: Diário**Classe:** Economia/Neócios**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 18714**Temática:** Saúde**Dimensão:** 422**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/12/13

Judiciária detecta importação ilegal de vacinas da gripe em cinco farmácias

Infarmed ainda só detectou uma farmácia numa acção de rotina. Mas a importação ilegal de vacinas da gripe a partir de Espanha que o Económico noticiou ontem envolve, pelo menos, mais quatro farmácias que estão a ser investigadas pela Justiça. — P12

Importação ilegal de vacinas detectada em

Inquérito Infarmed detectou apenas uma farmácia numa acção de rotina, mas importação ilegal de vacinas da gripe envolve

Lígia Simões

A investigação judicial em curso à importação ilegal de vacinas da gripe desde Espanha decorre a partir de indícios recolhidos em cinco farmácias no âmbito da operação "Consulta Vicentina" desencadeada pela Polícia Judiciária (PJ), há duas semanas, em colaboração com o Ministério da Saúde, sabe o Diário Económico.

Face à ameaça para a segurança nacional, nomeadamente riscos para a saúde pública, a Autoridade do Medicamento (Infarmed) já desencadeou uma acção de norte a sul do país para investigar se o esquema ilegal detectado se estende a outras farmácias.

O novo-esquema de fraude no Serviço Nacional de Saúde foi detectado após a apreensão, a 8 de Janeiro, de diverso material relacionado com a prática da actividade criminosa em investigação (material informático, receituários e medicamentos). As 33 buscas foram realizadas nas zonas entre Coimbra e o Algarve e tiveram como alvos consultórios médicos, farmácias, distribuidoras e escritórios de contabilidade.

O Ministério da Saúde tinha já confirmado ao Diário Económico, conforme foi avançado na edição de ontem, que a importação ilegal de vacinas da gripe foi detectada na sequência da operação "Consulta Vicentina", que levou à detenção de seis médicos e quatro farmacêuticos (incluindo



Eurico Castro Alves
Presidente da Autoridade do Medicamento (Infarmed)

"Este tipo de actividade descrita pode ser uma via de entrada de medicamentos falsificados em Portugal e, correspondentemente, uma ameaça inaceitável à segurança nacional".

do uma médica estrangeira) e outras pessoas ligadas à actividade farmacêutica. Esta operação, que terá lesado o Estado em mais de um milhão de euros, decorre de um inquérito no Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) que tem na mira a prescrição fraudulenta de medicamentos com elevada participação do Estado que não chegavam a ser vendidos a qualquer utente.

Já nesta nova fraude agora detectada, e que acabou por originar a abertura de um inquérito autónomo pelo Ministério Público, as vacinas da gripe chegavam aos utentes através da importação ilegal, com base em receitas de determinada marca que serviam de suporte às compras em Espanha (de outra marca). Além

dos riscos de saúde pública por falta de autorizações de introdução no mercado (AIM) e transporte sem as devidas condições de refrigeração, os indícios apontam ainda para a obtenção fraudulenta de participações do Estado, já que as farmácias debitavam a marca das vacinas prescritas pelos médicos (mais caras) e não a das vacinas importadas que não cumpriam os requisitos necessários à sua comercialização (AIM e sem a respectiva libertação de lote).

O novo esquema envolve também médicos, farmacêuticos e armazenistas. E levou o Infarmed a anunciar que desencadeou já uma investigação nacional para averiguar a existência de importação ilegal de vacinas da gripe noutros pontos do país.

cinco farmácias

mais farmácias investigadas pela Justiça.

O presidente da entidade que supervisiona o sector dos medicamentos afirmou ao Económico que o tipo de actividade descrita pode ser uma via de entrada de medicamentos falsificados em Portugal e, logo, “uma ameaça inaceitável à segurança nacional”. Eurico Castro Alves frisou que “não podem entrar no país medicamentos de origem desconhecida ou falsificados” e que, por isso o Infarmed “está muito atento”.

Para o Infarmed, “esta situação, que parece pontual, reveste-se de especial gravidade, constituindo um potencial risco para a saúde pública”.

Em conferência de imprensa, Paula Almeida, membro do conselho directivo do Infarmed afirmou ontem que se trata de

uma “situação pontual”, detectada no final da semana passada, durante as inspecções diárias do Infarmed, e não integrada na operação “Consulta Vicentina”.

Sobre os indícios recolhidos pela PJ, Castro Alves prefere não comentar o inquérito judicial em curso há mais de um ano no DCIAP. “Só posso falar das acções de rotina realizadas pelo Infarmed, pois a outra operação encontra-se em segredo de justiça, onde apenas colaboramos”, afirmou. Mas confirma que teve recentemente conhecimento da entrada ilegal de vacinas da gripe no mercado farmacêutico nacional e que “aqueles medicamentos não cumpriam os requisitos necessários à sua comercialização”. ■